

APS – Assistência Personalizada à Saúde Ltda.

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente nº 243SI-051-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	4
Demonstrações contábeis	7
Notas explicativas da Administração as demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022	13

APS ASSISTÊNCIA PERSONALIZADA A SAUDE LTDA

C.N.P.J – 00.539.806/0001-52 Registro ANS nº 40670-8

Relatório da Administração

Senhores quotistas,

A APS Assistência Personalizada a Saúde Ltda. em 2023, direcionou os esforços para áreas estratégicas como governança clínica, atendimento ao beneficiário, gestão de pessoas e modelos de credenciamento, assegurando e buscando sempre proporcionar uma boa experiência aos nossos pacientes, beneficiários e colaboradores, com destaque para os programas dedicados aos portadores de doenças crônicas e pacientes com mais de 60 anos.

A Sociedade registrou lucro líquido no exercício de R\$ 58.529.696, os quais foram destinados R\$ 42.000.00 para dividendos e R\$ 16.529.696 para reserva de lucros.

Continuidade Operacional

Considerando que em janeiro de 2024 à ANS concluiu a transferência da totalidade da carteira de beneficiários de planos contratação individual da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A., com efeito retroativo a partir de 1º. de dezembro de 2023 e dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possui carteira de beneficiários de planos de contratação individual e coletivo, em função disso sem atividade operacional a partir desse período, apresentando seus resultados em 2023 como operação descontinuada.

Expressamos nossos agradecimentos aos acionistas, clientes, fornecedores, prestadores de serviços e equipe de colaboradores que, com empenho e dedicação, tornaram esses resultados possíveis.

Jundiaí, 28 de março de 2024.

A Administração.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Praia do Flamengo, 154 | 4º andar |
Botafogo - Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos Administradores e Quotistas da
APS – Assistência Personalizada à Saúde Ltda.
Jundiaí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da APS – Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da APS – Assistência Personalizada à Saúde Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada, “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação da demonstração de resultado correspondente

Conforme mencionado na Nota explicativa no 2.20. às demonstrações contábeis, em decorrência da transferência de carteira de beneficiários para parte relacionada, considerada como operação descontinuada nos termos da NBC TG 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Sociedade ajustou e está reapresentando a demonstração do resultado correspondente para fins de comparação, nos termos da Norma Brasileira de Contabilidade NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-025.583/F-2



Ana Cristina Linhares Areosa
Contadora CRC 1RJ-081.409/O-3

APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
 (Em reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		125.785.630	511.532.080
Disponível		89.426	520.328
Realizável		125.696.204	511.011.752
Aplicações financeiras	3	73.828.552	466.741.590
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		60.277.500	273.122.116
Aplicações livres		13.551.052	193.619.473
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	4	52.807	308.167
Contraprestação pecuniária a receber		52.807	308.167
Créditos tributários e previdenciários	5	51.751.769	43.911.308
Bens e títulos a receber		63.076	50.687
ATIVO NÃO CIRCULANTE		330.504	585.426
Realizável a longo prazo		330.504	534.973
Depósitos judiciais e fiscais	11.3	330.504	534.973
Imobilizado	6	-	50.452
Imobilizado de uso próprio		-	39.058
Imobilizado - hospitalares / odontológicos		-	37.951
Imobilizado - Não hospitalares / odontológicos		-	1.107
Direito de uso de arrendamentos		-	11.394
TOTAL DO ATIVO		126.116.134	512.117.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		6.933.473	34.552.467
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	7	1.873.818	25.561.440
Provisão de contraprestação não ganha - PPCNG		-	289.848
Provisão de insuficiência de prêmios		-	2.804.082
Provisão de eventos a liquidar para SUS		26.996	110.939
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores		993.780	1.019.401
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)		853.042	21.337.171
Débitos de operações de assistência à saúde		-	29.490
Receita antecipada de contraprestações		-	26.562
Comercialização sobre operações		-	2.927
Tributos e encargos sociais a recolher	8	149.790	624.484
Débitos diversos	9	4.909.865	8.337.053
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.523.887	3.515.757
Provisões		1.523.887	3.497.566
Provisões para ações judiciais	11	1.523.887	3.497.566
Débitos diversos	9	-	18.191
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12	117.658.774	474.049.283
Capital social		81.129.078	416.129.079
Reservas de lucros		36.529.696	57.920.204
TOTAL DO PASSIVO		126.116.134	512.117.506

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda
Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em reais)

Operações Descontinuadas	Nota	31/12/2023	31/12/2022
			Reapresentado
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde		13.504.561	1.007.040.502
Receita com operações de assistência à saúde		14.316.884	1.040.712.900
Contraprestações Líquidas		11.512.803	1.043.516.982
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde		2.804.082	(2.804.082)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora		(812.323)	(33.672.398)
Eventos indenizáveis líquidos		7.566.685	(1.197.201.893)
Eventos Conhecidos ou Avisados		(12.917.444)	(1.178.380.485)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados		20.484.129	(18.821.407)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		21.071.246	(190.161.391)
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência à Saúde		-	5.376.895
Receitas de Assistência à Saúde Não Relacionadas com Planos de Saúde da Operadora	13	449.507	7.378
Receitas com Operações de Assistência Médico- Hospitalar		-	3.112
Outras Receitas Operacionais		449.507	4.266
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	14	928.965	(3.022.298)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde		903.670	(3.225.170)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		25.296	202.873
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	15	-	(681.549)
Resultado bruto		22.449.718	(188.480.964)
Despesas de comercialização		-	(185.920)
Despesas administrativas	16	(2.121.136)	(8.708.418)
Resultado financeiro líquido	17	57.112.243	285.119.712
Receitas financeiras		57.139.178	286.450.667
Despesas financeiras		(26.935)	(1.330.956)
Resultado operacional		77.440.825	87.744.410
Resultado patrimonial		(551)	(1.686)
Despesas patrimoniais		(551)	(1.686)
Resultado antes dos impostos e participações		77.440.274	87.742.724
Imposto de renda		(13.904.307)	(22.729.705)
Contribuição social		(5.006.271)	(8.199.254)
Lucro proveniente das operações descontinuadas		58.529.696	56.813.765
Resultado líquido do exercício		58.529.696	56.813.765

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Resultado líquido das operações descontinuadas	58.529.696	56.813.765
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício - operações descontinuadas	<u><u>58.529.696</u></u>	<u><u>56.813.765</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022**

(Em reais)

	<u>Notas</u>	<u>Capital Social</u>	<u>Reservas de Lucros</u>	<u>Lucros Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>2.364.345.825</u>	<u>1.106.438</u>	<u>-</u>	<u>2.365.452.263</u>
Cisão Parcial do Capital Social	12.1/22	(2.148.216.747)	-	-	(2.148.216.747)
Resultado Líquido do Exercício		-	-	56.813.765	56.813.765
Integralização de Capital	12.1	200.000.000	-	-	200.000.000
Transferência para Reserva de lucros		-	56.813.765	(56.813.765)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>416.129.079</u>	<u>57.920.204</u>	<u>-</u>	<u>474.049.283</u>
Redução do Capital Social	12.1	(335.000.001)	-	-	(335.000.001)
Resultado Líquido de operações descontinuadas		-	-	58.529.696	58.529.696
Distribuição de lucros adicionais	12.1	-	(37.920.204)	-	(37.920.204)
Distribuição de lucros	12.2	-	-	(22.000.000)	(22.000.000)
Juros sobre o capital próprio	12.2	-	-	(20.000.000)	(20.000.000)
Transferência para Reserva de lucros		-	16.529.696	(16.529.696)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>81.129.078</u>	<u>36.529.696</u>	<u>-</u>	<u>117.658.774</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

APS Assistência Personalizada à Saúde Ltda**Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022**

(Em reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Fluxo de caixa das atividades descontinuadas		
Lucro do exercício antes dos impostos e contribuições	77.440.274	87.742.724
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa e equivalentes de caixa gerados (aplicados) pelas atividades descontinuadas		
Depreciação e Amortização	18.398	629.666
Provisão (reversão) de Insuficiência de Prêmios/Contraprestações	(2.804.082)	2.804.082
Provisão (reversão) para perdas sobre recebíveis e outros créditos	(25.296)	(202.873)
Provisão (reversão) para eventos ocorridos e não avisados	(20.484.129)	18.821.407
Provisão (reversão) para ações judiciais	(1.973.678)	3.175.958
Juros sobre passivo de arrendamento	9.184	39.430
Outros	551	(72.483)
Resultado ajustado	<u>52.181.223</u>	<u>112.937.911</u>
(Aumento) Diminuição em Ativos		
Aplicações Financeiras	392.913.038	(185.916.364)
Contraprestações Pecuniárias	280.656	660.911
Operadoras de Planos de Assistência à Saúde	-	71.607
Créditos Tributários e Previdenciários	(13.010.422)	(60.731.635)
Bens e Títulos a Receber	46.453	(94.021.167)
Depositos Judiciais e Fiscais	204.469	(534.973)
Aumento (Diminuição) em Passivos		
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(399.412)	(1.677.200)
Débitos de Operações de Assistência a Saúde	(29.490)	17.670.303
Tributos e Encargos Sociais	(26.179)	514.942
Pagamentos IRPJ e CSLL	(14.189.132)	(30.928.959)
Débitos Diversos	(3.445.378)	42.452.975
Outros	(9.184)	8.542
Caixa Líquido gerado pelas Atividades descontinuadas	414.516.641	(199.493.108)
Atividades de investimentos		
Pagamento de aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(27.339)	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de investimento	(27.339)	-
Atividades de financiamentos		
Pagamento JCP/ Distribuição Lucros	(79.920.204)	-
Integralização de capital em dinheiro	-	200.000.000
Redução de Capital	(335.000.001)	-
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamento	(414.920.205)	200.000.000
Aumento (redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(430.903)	506.892
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa:	(430.903)	506.892
No início do exercício	520.328	13.436
No fim do exercício	89.426	520.328

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

1. Contexto operacional

A APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. (Sociedade ou Operadora) foi constituída sob a forma de sociedade limitada, com sede à Rua 23 de Maio, 790 – Mezanino - Vianelo – Jundiaí/SP, com fins lucrativos, tem como objeto social a operação de planos privados de assistência à saúde e/ou odontológicos, individuais, familiares e coletivos, por meios de execução própria ou mediante a contratação e/ou credenciamento de terceiros legalmente habilitados, com registro junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar sob nº. 46070-8.

A Sociedade é controlada diretamente pela Amil Assistência Médica Internacional S.A. que a partir de dezembro 2021 detém 100% do capital social da APS.

Em 31 de dezembro de 2023, a Amil Assistência Médica Internacional S.A. era controlada indiretamente pela UnitedHealthCare International IV S.A.R.L, através do Polar II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Polar II”) que detinha 100% do capital social da Amil Assistência Médica Internacional S.A. (controladora direta da Sociedade), tendo como controlador final a UnitedHealth Group Incorporated (“UHG”), companhia americana com ações negociadas na Bolsa de Nova York.

Em 22 de dezembro de 2023, foi celebrado o contrato de compra e venda de ações entre United Health Group através do Fundo de Investimento Polar II e o Sr. José Seripieri Filho. Em 06 de fevereiro de 2024, após a aprovação da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para esta transação, o Sr. Jose Seripieri Filho assumiu o controle da Amil Assistência Médica Internacional e suas controladas diretas e indiretas, com a aquisição de 100% da participação no capital social total da Companhia.

Em janeiro de 2022, a Amil transferiu à APS carteira de vidas formada pelos planos individual/familiares dos beneficiários residentes nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná (“Carteira de Vidas”).

Em fevereiro de 2022, a Agência Nacional de Saúde (“ANS”), aprovou a decretação da indisponibilidade das quotas da APS e das ações da Amil.

No mês de abril de 2022, a ANS determinou que a Amil se mantivesse como responsável pela Carteira de Vidas, devendo, portanto, a Companhia reassumir a gestão da carteira.

Considerando que a ANS revogou a medida de indisponibilidade das quotas da APS e Amil, em setembro de 2022, não houve impedimento ou restrição à cisão.

A aprovação pela ANS da cisão parcial da APS ocorreu em novembro de 2022, com data-base de 30 de setembro de 2022 (vide nota explicativa nº 22).

Em novembro de 2021, a APS solicitou à Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”) a transferência voluntária total de sua carteira de beneficiários de planos contratação coletivo para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. (Companhia do mesmo grupo empresarial da AMIL). Em janeiro de 2022, foi autorizada pela ANS a transferência dos beneficiários, devendo ser considerada como data efetiva da transferência o primeiro dia do mês subsequente ao recebimento do ofício de autorização no caso efetivado em fevereiro de 2022.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

Em janeiro de 2024 a ANS concluiu a transferência da totalidade da carteira de beneficiários de planos contratação individual da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A., com efeito retroativo a 1º de dezembro de 2023.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possui carteira de beneficiários de planos de contratação individual e coletivo. Sendo assim, em 14 de março de 2024, através de Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberada pela Amil a aprovação do Protocolo de Incorporação e Justificação da controlada APS – Assistência Personalizada à Saúde. Em 25 de março de 2024 a Amil protocolou junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, a solicitação de incorporação da Sociedade, aguardando a aprovação da Agência.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido na Resolução Normativa ANS 528/22.

Considerando que em janeiro de 2024 a ANS concluiu a transferência da totalidade da carteira de beneficiários de planos contratação individual da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A., com efeito retroativo a partir de 1º de dezembro de 2023 e dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possui carteira de beneficiários de planos de contratação individual e coletivo, a demonstração de resultado da Sociedade está representada somente por operações descontinuadas.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 50 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. No momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento do CPC e, nem tampouco, se a utilização dele será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da APS revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 28 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.3 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais adotadas, para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.4 Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas operacionais constituem-se basicamente das contraprestações pecuniárias geradas pelos beneficiários de seu plano de saúde que são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco pelo critério de pro-rata dia para apropriação da receita das contraprestações, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos na área de abrangência da carteira que se encontra em grupos de municípios em Jundiá e região.

2.5 Base de elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76, alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), quando referendados pela ANS e estão sendo apresentadas em conformidade com o modelo de publicação estabelecido na Resolução Normativa ANS 528/22.

Considerando que em janeiro de 2024 a ANS concluiu a transferência da totalidade da carteira de beneficiários de planos de contratação individual da APS - Assistência Personalizada à Saúde Ltda. para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A., com efeito retroativo a partir de 1º de dezembro de 2023 e dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade não possui carteira de beneficiários de planos de contratação individual e coletivo, a demonstração de resultado da Sociedade está representada somente por operações descontinuadas.

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), mas serão aplicáveis às operadoras de saúde somente quando aprovadas pela ANS. Destas normas apenas o CPC 50 – Contratos de seguros ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações contábeis. No momento não é possível estimar quando a ANS irá aprovar este pronunciamento do CPC e, nem tampouco, se a utilização dele será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações contábeis. Dessa forma, estas demonstrações contábeis não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC.

A diretoria da APS revisou, discutiu, aprovou e autorizou a publicação das demonstrações contábeis em reunião realizada em 28 de março de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.6 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade.

2.7 Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

As políticas contábeis materiais adotadas, para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis são as seguintes:

2.8 Reconhecimento da receita e custo com prestação de serviços

As receitas operacionais constituem-se basicamente das contraprestações pecuniárias geradas pelos beneficiários de seu plano de saúde que são apropriadas à receita considerando o período de cobertura do risco pelo critério de pro-rata dia para apropriação da receita das contraprestações, quando se tratarem de contratos com preços pré-estabelecidos na área de abrangência da carteira que se encontra em grupos de municípios em Jundiá e região.

Os custos com os serviços prestados englobam os eventos indenizáveis, serviços médico-hospitalares e odontológicos prestados pela rede credenciada aos beneficiários e os custos com a operação da rede própria de assistência médico-hospitalar. Os eventos indenizáveis são reconhecidos com base na data de apresentação da conta médica pelos prestadores de serviços médicos e hospitalares, ajustados pela provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA) que considera o montante esperado de eventos indenizáveis em riscos assumidos e não avisados até a data base das demonstrações contábeis.

2.9 Disponível

Inclui caixa e equivalentes de caixa, referem-se aos saldos positivos em conta movimento.

2.10 Aplicações Financeiras

Incluem aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas a provisões técnicas, cuja movimentação segue regras estabelecidas pela ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar.

2.11 Créditos de operações com planos de assistência à saúde

Os créditos a receber com operações relacionadas de plano de assistência à saúde referem-se as mensalidades previstas em contratos individuais/familiares e coletivo empresarial são reconhecidos pelo valor nominal.

2.12 Créditos de operações de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Sociedade

Os créditos por serviços não relacionados aos planos de saúde referem-se à prestação de serviços médicos, registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.13 Imobilizado

O imobilizado está registrado ao custo de aquisição ou construção e avaliações. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o tempo de vida útil estimado dos bens, com taxas que variam de 4% a 20%.

Os itens são baixados quando vendidos ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou vendas. O valor resultante da baixa do ativo imobilizado é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.10 Arrendamentos

A Sociedade aplicou CPC 06 (R2) (IFRS 16) a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme aprovação da ANS.

No início de um contrato, a Sociedade avalia se ele é ou inclui um arrendamento. Quando aplicável reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e os passivos para o fluxo futuro dos contratos celebrados, pelo fato de serem eles que transmitem o direito de obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de aluguéis ou contraprestações.

Nos casos aplicáveis um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento. E nos casos aplicáveis também é reconhecido uma estimativa de custos para restauração a serem incorridos para desmontagem na entrega do ativo a condições requeridas pelos termos do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é depreciado pelo método linear a partir da data de início até o final do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela Sociedade. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao captar recursos por prazo e garantia semelhantes.

A Sociedade possui operação de arrendamento de imóvel. O prazo do arrendamento é negociado individualmente e contém uma ampla gama de termos e condições diferentes.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição, cessões de direito de uso e licenças de uso de software estão contabilizadas nesse grupo, por se tratarem de bens incorpóreos, mas destinados a manutenção da entidade. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são amortizados a taxa de 4% a.a.

Os ganhos ou perdas resultantes das baixas ou vendas de ativos intangíveis são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido e o valor contábil do respectivo ativo, sendo reconhecido na demonstração do resultado.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.12 Passivos contingentes

São provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não provisionados e nem divulgados.

2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para os tributos sobre a renda está baseada no lucro tributável do exercício, sendo que o lucro tributário diverge do lucro apresentado na demonstração do resultado, pois é ajustado por adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda é calculado a alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido e 10% sobre a parcela do mencionado lucro excedente a R\$ 240 mil no exercício. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

A provisão e a despesa do imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base na legislação tributária brasileira em vigor, promulgada até a data de encerramento do exercício, cujo efeitos devam ser refletidos nesse mesmo exercício.

A administração avalia periodicamente a legislação tributária em vigor, submetendo-a às melhores técnicas interpretativas e decisões internas sobre procedimentos e pagamentos às autoridades fiscais.

Os detalhes estão divulgados nas notas explicativas nº 10 e 15.

2.14 Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Constituídas de acordo com pronunciamentos emitidos pela ANS, estas provisões são representadas pela (i) Provisão de Contraprestação Não Ganha (PCNG), constituída pela parcela de contraprestação referente ao período de risco a decorrer no mês de competência; (ii) Provisão para remissão, constituída em função do falecimento do titular do plano para permanência dos dependentes deste por até sessenta meses. A metodologia de cálculo tem como base a estimativa de sinistros futuros dos beneficiários e leva em consideração a expectativa de permanência destes no plano até a sua saída. Os custos médios destes beneficiários estão estabelecidos em nota técnica atuarial e levam em consideração a faixa etária e taxa de juros (Selic) como premissas de cálculo; (iii) Provisão de Eventos a Liquidar (PEL), calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde recebidas pela Sociedade. Inclui o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS); (iv) Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA); e (v) Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC), essas duas últimas provisões constituídas com base em metodologia estabelecida pela ANS. Nos anos de 2023 e 2022, foram necessárias a constituição da PIC, com base em metodologia estabelecida pela ANS, conforme RN 476/21. (vide nota explicativa nº 11).

2.15 Receitas antecipada de contraprestação

Basicamente, contraprestações emitidas e pagas antecipadamente ao seu período de cobertura. Este passivo está representado pela obrigação de prestar serviço e caso não se concretize, pela devolução do dinheiro recebido.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.16 Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Conforme descrito na nota explicativa nº 21, a Companhia classifica seus ativos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos nas categorias 1) valor justo por meio do resultado e 2) custo amortizado.

Impairment de ativos financeiros - A Companhia avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os prejuízos de impairment são incorridos como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos.

Mediante a avaliação da existência de evidência objetiva de perda por impairment, a Companhia mensura a provisão, reduzindo o saldo contábil ao seu valor recuperável e reconhecendo o valor da provisão na demonstração do resultado.

Se num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e essa diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido, a reversão da perda por impairment será reconhecida na demonstração do resultado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A Companhia baixa seus passivos financeiros somente quando as suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado do exercício.

c) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos somente para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda, não realizando qualquer outra operação de derivativos ou de caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não há operações com instrumentos financeiros derivativos.

2.17 Teste de adequação de passivos – TAP

Nos exercícios de 2023 e 2022, não houve a obrigatoriedade de publicação do Teste de Adequação de Passivo (TAP), pois, a Companhia está classificada em médio porte. Somente estão obrigadas a evidenciar a realização anual do TAP – Teste de Adequação de Passivo nas Notas Explicativas as operadoras de grande porte, conforme Resoluções Normativas – nº 435/18 e 528/22 da ANS.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.18 Estimativas e julgamentos críticos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza reativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo em períodos futuros. As estimativas que tiveram efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis referem-se a:

a) Provisões para ações judiciais

A Sociedade reconhece a provisão para ações judiciais tributárias, cíveis, regulatórias e trabalhistas. Estas provisões são registradas somente quando a possibilidade de perda for considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O registro das provisões para ações judiciais ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as provisões para ações judiciais serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Sociedade, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

b) Provisão de eventos ocorridos e não avisados

A Sociedade constitui mensalmente Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados (PEONA) para fazer frente aos pagamentos dos eventos ocorridos e não registrados contabilmente. O valor desta provisão é estimado conforme cálculo atuarial próprio.

c) Provisão para perdas sobre créditos

A Sociedade considera para cálculo da provisão para perdas esperadas sobre créditos os diferentes riscos de acordo com as peculiaridades de cada segmento, como segue:

- **Contraprestações pecuniária a receber** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos de operações com planos de assistência à saúde é constituída sobre valores a receber de beneficiários com títulos vencidos há mais de 90 dias, para planos coletivos, e há mais de 60 dias, para planos individuais.
- **Contas a receber de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde** - A provisão para perdas estimadas sobre créditos com operações de serviços médico-hospitalares é constituída com base no histórico de perdas com títulos emitidos contra convênios e particulares. A estimativa de perda é revisada periodicamente pela Administração para adequá-la à evolução da inadimplência dessas operações.

d) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos que possam indicar perda de seu valor recuperável, sendo constituída provisão para perda com o ajuste, quando necessário, do valor contábil líquido ao valor recuperável.

e) Arrendamentos

Os contratos da Sociedade não têm informações suficientes para determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada. Portanto, é utilizada como taxa incremental, a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar em captações para aquisições de ativos de valores similares com prazos, garantias e ambiente econômico semelhantes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

2.19 Novas normas contábeis emitidas e/ou revisadas

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto;
- Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;
- Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants;
- Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores;
- Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”.

A Sociedade não adotou antecipadamente essas normas na preparação destas demonstrações contábeis.

Normas ANS

Norma que entraram em vigor em 2023

Resolução Normativa nº 573 de 28 de fevereiro de 2023

Resolução Normativa nº 573/2023 (“RN nº 573/2023”) altera a Resolução Normativa nº 519, de 29 de abril de 2022 e a Resolução Normativa nº 521, de 29 de abril de 2022. Dispõe sobre aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e limites de alocação e de concentração na aplicação dos ativos garantidores das operadoras no âmbito do sistema de saúde suplementar.

Resolução Normativa nº 574 de 28 de fevereiro de 2023

Resolução Normativa ANS nº 574/2023 (“RN nº 574/2023”) de 28 de fevereiro de 2023, estabeleceu novos critérios para constituição de Provisões Técnicas a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde de insuficiência de contraprestações/prêmios).

Norma que entrará em vigor em 2024

Resolução Normativa nº 594 de 20 de dezembro de 2023

Altera a Resolução Normativa ANS nº 527, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa ANS n.º 528, de 29 de abril 2022; a Resolução Normativa ANS nº 569, de 19 de dezembro de 2022; a Resolução Normativa nº 523, de 29 de abril de 2022; a Resolução Normativa nº 522, de 29 de abril de 2022; e a Resolução Normativa nº 518, de 29 de abril de 2022, que retratam assuntos diversos a serem aplicados pelas operadoras de Planos de Saúde Suplementar.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

Resolução Normativa nº 597 de 18 de janeiro de 2024

A Resolução Normativa ANS nº 597/2024 irá estabelecer novos critérios para constituição de Provisões Técnicas ligadas a PEONA SUS, reduzindo de 80% para 66% do total de eventos avisados nos últimos vinte e quatro meses, referentes aos procedimentos realizados na rede assistencial do Sistema (SUS), a serem observados pelas Operadoras de Planos Privados de Assistência à Saúde, trazendo uma redução de custos para a Companhia que altera a Resolução Normativa n.º 574, de 28 de fevereiro de 2022.

Reforma Tributária no Brasil

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

A Sociedade está em processo de avaliação de potenciais impactos da citada reforma tributária.

2.20 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores relativos à demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, originalmente apresentados nas demonstrações contábeis aprovadas pela diretoria da Sociedade em 29 de março de 2023, estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas, Retificação de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, em função da transferência voluntária total de sua carteira de beneficiários de planos contratação individual para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A. Dessa forma, a demonstração de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi reclassificada para fins de comparabilidade para a rubrica de Operações Descontinuadas, de acordo com o CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas. Assim sendo, toda demonstração de resultado de 31 de dezembro de 2022, demonstra as operações descontinuadas da Sociedade, conforme segue:

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

	31/12/2022		
	Saldos originalmente apresentados	Ajustes	Saldos ajustados
Operações Descontinuadas			
Contraprestações efetivas de plano de assistência à saúde	11.068.564	995.971.938	1.007.040.502
Receita com operações de assistência à saúde	11.337.268	1.029.375.632	1.040.712.900
Contraprestações Líquidas	11.337.268	1.032.179.714	1.043.516.982
Variação das Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	2.804.082	(5.608.163)	(2.804.082)
(-) Tributos Diretos de Operações com Planos de Assistência à Saúde da Operadora	(268.704)	(33.403.694)	(33.672.398)
Eventos indenizáveis líquidos	(11.172.175)	(1.186.029.718)	(1.197.201.893)
Eventos Conhecidos ou Avisados	(11.613.690)	(1.166.766.796)	(1.178.380.485)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisados	441.515	(19.262.922)	(18.821.407)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	(103.611)	(190.057.780)	(190.161.391)
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde	144	5.376.751	5.376.895
Receitas de Assist. à Saúde Não Relac.com Planos de Saúde da Operadora	7.378	-	7.378
Outras Receitas Operacionais	7.378	-	7.378
Outras despesas operacionais com plano de assistência à saúde	(770.171)	(2.252.126)	(3.022.298)
Outras Despesas de Operações de Planos de Assistência à Saúde	(435.199)	(2.789.971)	(3.225.170)
Provisão para Perdas Sobre Créditos	(334.972)	537.845	202.873
Outras Despesas Oper. de Assist. à Saúde Não Rel. com Planos de Saúde da Operadora	(681.549)	-	(681.549)
Resultado bruto	(1.547.810)	(186.933.155)	(188.480.964)
Despesas de comercialização	(185.920)	-	(185.920)
Despesas administrativas	(1.535.101)	(7.173.316)	(8.708.418)
Resultado financeiro líquido	2.812.013	282.307.698	285.119.711
Receitas financeiras	2.857.557	283.593.111	286.450.667
Despesas financeiras	(45.544)	(1.285.412)	(1.330.956)
Resultado operacional	(456.818)	88.201.228	87.744.410
Resultado patrimonial	(1.686)	-	(1.686)
Despesas patrimoniais	(1.686)	-	(1.686)
Resultado antes dos impostos e participações	(458.503)	88.201.228	87.742.724
Imposto de renda	(146.593)	(22.583.112)	(22.729.705)
Contribuição social	(43.416)	(8.155.838)	(8.199.254)
Lucro proveniente das operações continuadas	(648.512)	57.462.277	56.813.765
Lucro líquido proveniente das operações descontinuadas	57.462.277	(57.462.277)	-
Operações descontinuadas - Carteira Individual Amil	56.430.882	(56.430.882)	-
Operações descontinuadas - Carteira Pessoa Jurídica para Sobam	1.031.396	(1.031.396)	-
Resultado líquido do exercício	56.813.765	-	56.813.765

3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão registradas pelo seu valor de aplicação original, acrescidas dos rendimentos correspondentes do Certificado de Depósito Interbancários - CDI, com a remuneração média em 2023 de 104,49% (2022 de 104,79% do CDI) apropriados até a data do balanço, com base no regime contábil da competência, conforme segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações garantidoras de provisões técnicas		
Vinculadas (i)		
Fundos de Investimentos abertos (i)	60.277.500	273.122.116
Subtotal	60.277.500	273.122.116
Aplicações Livres (ii)		
Certificados de depósitos bancários (ii)	13.551.052	193.619.473
Subtotal	13.551.052	193.619.473
TOTAL	73.828.552	466.741.590

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

(i) A Sociedade, de acordo com as regras estabelecidas pela RN ANS nº 521/22, constituiu ativos garantidores em favor da ANS com aplicações financeiras. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, essas aplicações financeiras são compostas por quotas de fundos de investimento dedicados ao setor de saúde suplementar. Os ativos garantidores foram constituídos em montante suficiente como determinado pela ANS;

(ii) Em agosto de 2023 foi resgatado o valor de R\$ 78.880.000 para pagamentos de Dividendos à Amil e Juros Sobre Capital Próprio e novamente em novembro de 2023 foi efetuado resgate de R\$ 335.000.000 para repasse à Amil como redução de Capital Próprio. Em 2022 foi resgatado o valor de R\$ 2.350.000.000 no Fundo de Investimento Santander FIQ DI, remunerado em CDI, para investimentos necessários à transferência da carteira de planos individuais e familiares. Em novembro de 2022 devido a cisão parcial entre Amil e APS parte dos recursos financeiros retornaram para a AMIL (vide nota explicativa nº 1).

4. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

O valor apresentado na rubrica Créditos com Operações de Assistência à Saúde refere-se a mensalidades de planos individuais e coletivos empresariais que a Sociedade tem a receber em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, já deduzido do saldo apresentado a provisão para perda esperada no recebimento dessas mensalidades. Abaixo apresentado:

A composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Planos médico-hospitalares		
Planos Individuais	75.986	340.284
Planos Coletivos	-	56.646
Subtotal	<u>75.986</u>	<u>396.930</u>
Provisão para perdas sobre créditos	(23.179)	(88.762)
Total Líquido	<u><u>52.807</u></u>	<u><u>308.167</u></u>

Os saldos dos créditos de operações com planos de saúde seguem em declínio devido as transferências das carteiras individual e coletiva para a AMIL e para a SOBAM entre os anos de 2022 e de 2023, conforme informado na nota explicativa nº. 1. O saldo remanescente mantido em 31 de dezembro de 2023, refere-se a transações ocorridas antes da transferência total da carteira individual realizada em 1º. de dezembro de 2023.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

4.1. Composição dos valores a receber por idade de vencimento é conforme segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
A vencer	-	175.797
Vencidos		
Até 30 dias	18.823	113.257
de 31 a 60 dias	33.984	27.232
de 61 a 90 dias	12.470	8.446
a mais de 90 dias	10.709	72.198
Subtotal:	<u>75.986</u>	<u>221.133</u>
Total:	94.809	396.930
Provisão para perdas sobre créditos	(23.179)	(88.762)
Total líquido	<u><u>71.630</u></u>	<u><u>308.167</u></u>

4.2. Movimentação da provisão para perdas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	(88.762)	(42.783)
Constituições e reversões	25.296	202.873
Outros ajustes e transferências	40.287	(248.851)
Saldo no fim do exercício	(23.179)	(88.762)

5. Créditos tributários e previdenciários

Referem-se a impostos retidos sobre aplicações financeiras, antecipação de imposto de renda, contribuição social e valores pagos a maior com direito a compensação ou restituição.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	-	540.248
Imposto de renda (i)	51.705.558	43.242.268
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	-	128.792
Créditos de PIS e COFINS diferidos (ii)	46.211	-
Total	<u><u>51.751.769</u></u>	<u><u>43.911.308</u></u>

(i) Crédito acumulado de saldo negativo de IRPJ, originados em 2022 e 2023;

(ii) Crédito de PIS e COFINS sobre o saldo das contas contábeis de eventos a liquidar.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

6. Imobilizado

O imobilizado está composto como segue:

Descrição	Taxa de depreciação anual (%)			31/12/2023		31/12/2022	
		Custo	Depreciação acumulada	Baixa por Venda	Líquido	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso próprio							
Hospitais/Odontológicos							
Máquinas e equipamentos hospital	10%	84.156	(25.388)	(58.768)	-	-	37.862
Móveis e utensílios	10%	470	(470)	-	-	-	89
Subtotal		84.626	(25.858)	(58.768)	-	-	37.951
Hospitais/Odontológicos							
Máquinas e equipamentos	10%	390	(357)	(33)	-	-	69
Equipamentos de informática	20%	10.098	(10.098)	-	-	-	-
Móveis e utensílios hospitalares	10%	16.899	(16.858)	(41)	-	-	1.037
Subtotal		27.387	(27.312)	(74)	-	-	1.107
Imobilizado em curso							
Direito de uso de arrendamentos		634.705	(634.705)	-	-	-	11.394
Subtotal		634.705	(634.705)	-	-	-	11.394
Total		746.717	(687.875)	(58.842)	-	-	50.452

Movimentação do Imobilizado:

Descrição	Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios			Direito de uso de arrendamentos	Total
	Equipamentos, máquinas, móveis e utensílios	Outras Imobilizações			
Saldos em 31/12/2021	45.390	1.709	-	-	47.098
Adoção inicial	-	-	-	615.028	615.028
Adições	-	-	-	19.677	19.677
Baixas	-	(1.686)	-	-	(1.686)
Depreciação	(6.332)	(23)	-	(623.311)	(629.666)
Saldos em 31/12/2022	39.058	-	-	11.394	50.452
Adições	27.339	-	-	-	27.339
Baixas	(59.393)	-	-	-	(59.393)
Depreciação	(7.004)	-	-	(11.394)	(18.398)
Saldos em 31/12/2023	-	-	-	-	-

(i) Em 2023 houve a venda total do ativo imobilizado para o Centro Médico Hospitalar Pitanguera Ltda (CMHP), parte relacionada da Sociedade.

Em 31 de dezembro de 2022, a Administração da Sociedade não constatou a necessidade de contabilização de provisão para perdas sobre esses ativos (“impairment”).

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

7. Provisões técnicas

As Sociedades de Plano de Assistência à Saúde são obrigadas por Lei a constituírem Provisões Técnicas exigidas pelo Órgão Regulador ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja contabilização está atualizada pela regulamentação vigente, estando devidamente suportadas por Ativos Garantidores Vinculados à ANS, quando aplicável, e lastreadas por outras aplicações não vinculadas.

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão de contraprestação não ganha	-	289.848
Provisão de Insuficiência de contraprestações	-	2.804.082
Provisão de eventos a liquidar para SUS	26.996	110.939
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	993.780	1.019.401
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	714.109	21.098.581
Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA-SUS)	138.933	238.589
TOTAL	1.873.818	25.561.440

As provisões técnicas seguem em declínio devido as transferências das carteiras individual e coletiva para a AMIL e para a SOBAM entre os anos de 2022 e de 2023, conforme informado na nota explicativa nº. 1. Os saldos mantidos em 31 de dezembro de 2023, são decorrentes de eventos ocorridos, avisados e não avisados, antes da transferência total da carteira individual ocorrida em 1º. de dezembro de 2023.

7.1 Movimentação das Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

	Provisão de contraprestação não ganha	Provisão de eventos a liquidar para SUS e para outros prestadores de serviços assistenciais	Provisão de eventos ocorridos e não avisados	Total
Saldos em 31/12/2021	359.842	2.737.547	2.515.763	5.613.152
Constituições (i)	47.140.265	1.551.542.720	428.819.016	2.027.502.001
Reversões	(47.210.258)	(281.749.458)	(409.997.609)	(738.957.326)
Baixas / pagamentos (ii)	-	(1.268.596.386)	-	(1.268.596.386)
Saldos em 31/12/2022	289.848	3.934.422	21.337.171	25.561.440
Constituições	11.222.954	16.078.893	614.453	27.916.300
Reversões	(11.512.803)	(5.430.628)	(21.098.581)	(38.042.012)
Baixas / pagamentos	-	(13.561.911)	-	(13.561.911)
Saldos em 31/12/2023	-	1.020.776	853.042	1.873.818

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

(i) Aumento devido a movimentação dos beneficiários da transferência da carteira Individual Amil, principalmente para outros prestadores de serviços;

(ii) Baixas ou pagamentos para outros prestadores de serviços relativos as vidas transferidas da carteira Amil e SOBAM.

7.2 Garantia das provisões técnicas

Os recursos garantidores vinculados das provisões técnicas da Sociedade estão aplicados de acordo com as determinações contidas na legislação vigente e estão compostos por:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Ativos garantidores		
Aplicações financeiras vinculadas e lastreadas	60.277.500	273.122.116
Ressarcimento ao SUS	26.996	110.939
Total	<u>60.304.496</u>	<u>273.233.055</u>
Provisões técnicas		
PEONA	(853.042)	(21.337.171)
Provisão de insuficiência de contraprestações	-	(2.804.082)
Eventos a liquidar avisados há mais de 60 dias	(26.996)	(110.939)
Total	<u>(880.038)</u>	<u>(24.252.191)</u>
Suficiência de vínculo ativos garantidores vinculados	<u>59.424.458</u>	<u>248.980.864</u>
Eventos a liquidar avisados até 60 dias	(993.780)	(1.019.401)
Suficiência de vínculo ativos garantidores lastreados	<u>58.430.678</u>	<u>247.961.463</u>

8. Tributos e encargos sociais correntes

Os tributos e contribuições foram apurados de acordo com o lucro real no que se refere a Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social, já os demais impostos como PIS, COFINS e ISSQN são apurados sobre o faturamento da Sociedade, o imposto de renda retido e o valor descontado na fonte dos prestadores de serviços e o FGTS e Contribuição Previdenciária são encargos que incidem sobre a folha.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
IRPJ e CSLL	124.448	572.963
ISS (i)	-	19.825
Outras retenções	25.342	30.739
Outros tributos	-	957
TOTAL	<u>149.790</u>	<u>624.484</u>

(i) Ausência de faturamento na competência dezembro/23, devido a transferência da carteira de beneficiários para a Operadora SOBAM.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

9. Débitos diversos

A Sociedade tem obrigações trabalhistas a liquidar as quais incluem as Provisões de Férias que estão constituídas em montante suficiente para fazer frente às obrigações com os funcionários, por conta de férias vencidas e proporcionais, considerando, ainda, os encargos legais, o adicional de um terço até a data do balanço. Os fornecedores representam as aquisições a prazo de materiais e serviços.

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Obrigação com Pessoal (i)	-	36.588
Fornecedores	54.499	33.842
Alugueis a pagar	22.524	24.394
Arrendamentos (ii)	-	185.966
Outros Débitos a Pagar (iii)	4.832.841	8.074.454
TOTAL	<u>4.909.865</u>	<u>8.355.244</u>
Circulante	4.909.865	8.337.053
Não Circulante	-	18.191
TOTAL	<u>4.909.865</u>	<u>8.355.244</u>

(i) Vide nota explicativa nº 10 – Arrendamentos;

(ii) Basicamente saldo a pagar para Amil devido ao compartilhamento da rede para atendimento aos beneficiários da carteira de plano individual transferidos para a APS.

10. Arrendamentos

Na adoção inicial do CPC 06 (R2) “Arrendamentos”, em 01 de janeiro de 2022, a Sociedade optou por mensurar os ativos de direito de uso por um valor presente igual ao passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento acumulados que existiam na data de transição. A média ponderada da taxa incremental aplicada para os passivos financeiros do arrendamento é de 13,50%

Os arrendamentos contratados são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos no início do exercício	185.966	402.099
Atualizações contratuais (passivo)	-	19.677
Juros	9.184	39.430
Pagamento	(195.150)	(275.239)
Saldos no fim do exercício	<u>-</u>	<u>185.966</u>
Passivo circulante	-	167.775
Passivo não circulante	-	18.191
	<u>-</u>	<u>185.966</u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

11. Provisões para ações judiciais

A Sociedade constitui provisão para ações judiciais, inerentes ao curso normal das suas atividades movidas por terceiros, mediante ações civil, trabalhistas e tributárias. Essas contingências são avaliadas por advogados e quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor essas contingências classificadas como provável e contabilizadas estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Contingências Trabalhistas (i)	174.846	162.764
Contingência Civil (ii)	1.349.042	3.334.802
TOTAL	<u>1.523.887</u>	<u>3.497.566</u>

(i) Reclamações trabalhistas, como vínculo empregatício e horas extra;

(ii) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

Movimentação da provisão para ações judiciais

Saldo no início do exercício	3.497.566	321.608
Constituições	1.196.489	3.619.535
Reversões/baixas	(3.170.168)	(443.577)
Sado no fim do exercício	<u>1.523.887</u>	<u>3.497.566</u>

11.2. Ações judiciais com risco de perda possível

A Sociedade classifica as contingências com prognóstico de perda possível com base em fatos específicos que a suportem, sempre levando em consideração a existência de jurisprudência pacificada, de documentos que comprovem a correção do procedimento da Sociedade e, que, portanto, não significará provável saída de recurso para pagamento.

A Sociedade não provisiona os valores envolvidos nesses processos, porém os divulga, conforme segue:

Contingência Civil	132.249	73.210
Contingência Regulatória (i)	3.261.000	3.310.611
Sado no fim do exercício	<u>3.393.249</u>	<u>3.383.821</u>

(i) Basicamente, questões contratuais, como carência, cancelamentos de contratos, exclusão de cobertura e doenças pré-existentes.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

11.3 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais da Sociedade estão correlacionados às provisões e passivos contingentes. São garantidores de potenciais pagamentos de contingências. Os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante até que aconteça a decisão judicial de resgate destes depósitos por uma das partes envolvidas.

Cíveis	330.504	278.453
Trabalhistas	-	256.520
Sado no fim do exercício	330.504	534.973

Em decisão unânime por ocasião do julgamento dos recursos extraordinários, em 8 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) fixou a tese de que uma decisão final, mesmo transitada em julgado nas relações tributárias deixará de possuir eficácia caso: (i) verse sobre tributos recolhidos de forma continuada; e (ii) o próprio STF fixe entendimento posterior em sentido contrário, em sede de repercussão geral. Na prática, caso o contribuinte não recolha determinado tributo por possuir a seu favor decisão definitiva que considere determinado tributo inconstitucional, deverá voltar a recolher tal tributo, respeitada a irretroatividade e anterioridade, após decisão do mesmo STF em sentido contrário.

A Administração da Sociedade avaliou a decisão e não identificou efeitos e possíveis impactos materiais que, conseqüentemente, deveriam ser relatados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 2.364.345.825 representado por 788.115.275 (setecentas e oitenta e oitomilhões, cento e quinze mil e duzentas e setenta e cinco) quotas, com valor nominal de R\$ 3,00(três reais) cada uma.

Em 26 de outubro de 2022, a administração da Sociedade e a administração da Amil celebraram o Protocolo de Cisão Parcial redução de capital, em decorrência da Operação, no valor de R\$ 2.148.216.747,00 (dois bilhões cento e quarenta e oito milhões duzentos e dezesseis mil setecentos e quarenta e sete reais). Assim, o capital social da Sociedade, ficou em R\$ 2.364.345.825,00 (dois bilhões trezentos e sessenta e quatro milhões trezentos e quarenta e cinco milhões oitocentos e vinte e cinco mil reais), dividido em 788.115.275 (setecentas e oitenta e oito milhões cento e quinze mil e duzentas e setenta e cinco) quotas idênticas, com valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada uma, é reduzido para R\$ 216.129.078,00 (duzentos e dezesseis milhões cento e vinte e nove mil e setenta e oito reais), com o conseqüente cancelamento de 716.072.249 (setecentos e dezesseis milhões setenta e duas mil duzentas e quarenta e nove) quotas, todas detidas exclusivamente pela sócia AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.;

Houve ainda aumento de capital no montante de R\$ 200.000.001,00 (duzentos milhões e um real) representado pela emissão de 66.666.667 (sessenta e seis milhões seiscentas e sessenta e seis mil seiscentas e sessenta e sete) quotas de emissão da Sociedade, no valor nominal de R\$ 3,00 (três reais) cada uma,

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Sociedade totalmente subscrito e integralizado era de R\$ 416.129.079 representado por 138.709.693 (cento e trinta e oito milhões, setecentas e nove mil e seiscentas e noventa e três) quotas, com valor nominal de R\$ 3,00(três reais) cada uma.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

Em 18 de agosto de 2023, a sócia quotista Amil Assistência Médica Internacional S.A., aprovou a redução de capital da sociedade em R\$ 335.000.001,00 (trezentos e trinta e cinco milhões e um reais) de modo que o capital social da Companhia passou de R\$ 416.129.079,00 (quatrocentos e dezesseis milhões cento e vinte e nove mil e setenta e nove reais) para R\$ 81.129.078,00 (oitenta e um milhões cento e vinte e nove mil e setenta e oito reais), mediante a restituição de capital à sócia quotista da Sociedade com o cancelamento de 111.666.667 (cento e onze milhões seiscentas e sessenta e seis mil e seiscentas e sessenta e sete) quotas representativas do capital social da Sociedade.

12.2 Reserva de lucros

Em conformidade com o contrato social da Sociedade, os resultados apurados são distribuídos de acordo com o deliberado pelos quotistas. Em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou lucro de R\$ 58.529.696, que foi transferido pela reserva de lucros, após a distribuição dos lucros do exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou lucro de R\$ 56.813.765, totalmente transferido para reserva de retenção de lucros.

Em 24 de agosto de 2023, foi aprovado a distribuição de juros sobre capital próprio (JSCP) do exercício corrente, calculados com base no balanço patrimonial levantado em 31 de julho de 2023, no valor de R\$ 20.000.000 (vinte milhões de reais), e a distribuição de lucros intermediários do exercício social corrente da Sociedade no valor de R\$ 22.000.000 (vinte e dois milhões de reais).

13. Receitas de assistência à saúde não relacionada com planos de saúde da Sociedade

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras receitas	449.507	7.378
TOTAL	<u><u>449.507</u></u>	<u><u>7.378</u></u>

Essa rubrica contábil refere-se substancialmente a prestações de serviços realizadas pela Sociedade.

14. Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Outras despesas operacionais com planos de assistência à saúde		
Outras despesas de operações de planos de assistência à saúde	(1.082.090)	(66.701)
Reversão (Provisão) para Contingências Cível - Regulatório	1.985.760	(3.158.469)
Reversão (Provisão) para perdas sobre recebíveis	25.296	202.873
TOTAL	<u><u>928.965</u></u>	<u><u>(3.022.298)</u></u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

15. Outras despesas operacionais de assistência médica não relacionadas com planos de saúde da Sociedade:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Serviços de terceiros	-	(681.549)
TOTAL	<u>-</u>	<u>(681.549)</u>

16. Despesas administrativas

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Pessoal (i)	(709)	(36.411)
Serviços de terceiros (ii)	(408.274)	(447.806)
Localização e funcionamento (iii)	(246.324)	(132.916)
Depreciação e amortização	60.050	(629.666)
Tributos	(33.381)	(49.975)
Despesas com multas administrativas	(393.523)	(924)
Outras (iv)	(1.098.975)	(7.410.720)
TOTAL	<u>(2.121.136)</u>	<u>(8.708.419)</u>

(i) Basicamente a variação ocorreu devido a transferência dos funcionários para outra unidade do grupo;

(ii) Serviços advocatícios, consultoria, tele atendimento, informática, entre outros;

(iii) Utilização e manutenção das instalações, como aluguel, água, luz, serviços de manutenção, limpeza, segurança e outros;

(iv) Composto substancialmente por perdas definitivas sobre créditos de planos individuais coletivos de processos indenizados.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em Reais)

17. Resultado financeiro líquido

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Despesas financeiras		
Desconto concedidos	(147)	(315)
Despesas por pagamento em atraso	(10.254)	(355.883)
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	-	(21.437)
Tarifas bancárias	(7.349)	(913.892)
Juros sobre arrendamentos	(9.184)	(39.430)
Subtotal	(26.935)	(1.330.956)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	51.316.241	282.594.925
Outras	5.822.937	3.855.742
Subtotal	57.139.178	286.450.667
TOTAL	<u>57.112.243</u>	<u>285.119.712</u>

18. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	77.440.274	87.742.724
Alíquota fiscal nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	(26.329.693)	(29.832.526)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Despesas indedutíveis (i)	(133.798)	(320)
JCP	6.800.000	-
Outras diferenças temporárias (ii)	752.913	(1.096.113)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(18.910.578)</u>	<u>(30.928.959)</u>
Alíquota fiscal efetiva	<u>24,42%</u>	<u>35,25%</u>

(i) Valores referentes às despesas com multas indedutíveis

(ii) Valores referentes às diferenças temporárias, sem constituição de IRPJ/CSLL diferidos.

19. Seguros

A Sociedade não possuía seguros vigentes e contratados em 31 de dezembro de 2023.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

20. Eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar, cobertura assistencial com preço pré-estabelecido - carteira de planos individuais/familiares pós Lei nº 9.656/98

A distribuição dos saldos do quadro auxiliar de eventos médico-hospitalares - assistência médico-hospitalar do Documento de Informações Periódicas – DIOPS do período até 31 de dezembro de 2023 está em conformidade com Ofício Circular DIOPE nº 01, de 01 de novembro de 2013, referente aos planos individuais firmados posteriormente à Lei nº 9.656/98, com cobertura médico-hospitalar e modalidade de preço preestabelecido, como segue:

				31/12/2023	31/12/2022
	Rede Própria	Rede contratada	Reembolso	Total	Total
Consultas médicas	-	1.534.851	-	1.534.851	890.436.930
Exames	-	1.292.945	2.320	1.295.265	420.941
Terapias	-	518.054	-	518.054	430.540
Internações	-	3.392.643	123	3.392.766	1.449.417
Outros atendimentos	-	1.128.368	-	1.128.368	327.657
Demais despesas	-	1.200	136	1.336	2.632
Total	-	7.868.061	2.579	7.870.640	893.068.118

21. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

21.1. Considerações gerais

A Sociedade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Modelos e informações de mercado são utilizados para estimar os montantes de valor justo, que podem divergir se utilizadas hipóteses e metodologias diferentes.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Sociedade com destaque para disponibilidades, aplicações financeiras e contas a pagar a fornecedores.

A Sociedade não opera com instrumentos financeiros derivativos com fins especulativos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

21.2. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros

21.2.1 Classificação

A Sociedade efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os principais ativos financeiros da Sociedade consiste em caixa e equivalentes de caixa, e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações.

Os principais passivos financeiros da Sociedade refere-se a obrigações com fornecedores. O principal propósito das obrigações com fornecedores e outras contas a pagar resultam diretamente das suas operações.

21.2.2 Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo de fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Os valores justos e contábeis dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e suas respectivas classificações são os seguintes:

Ativos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	89.426	520.328
Aplicações financeiras	Valor justo por meio do resultado	Nível 2	73.828.552	466.741.590
Depósitos Judiciais	Custo amortizado	-	330.504	534.973
Passivos financeiros	Classificação por categoria	Hierarquia de valor justo	31/12/2023	31/12/2022
Débitos diversos	Custo amortizado	-	4.909.865	8.355.244

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

21.3. Gerenciamento de risco

A Sociedade está exposta a diversos riscos inerentes à natureza de suas operações. Dentre os principais fatores de risco de mercado que podem afetar o negócio da Sociedade, destacam-se:

a) Risco de crédito

O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores faturados aos seus clientes é atenuado pela venda a uma base pulverizada de clientes e pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. A Sociedade também está sujeita a risco de crédito associado às suas aplicações financeiras. Este risco é atenuado a partir da diversificação dos seus ativos e da análise e acompanhamento da qualidade de crédito dos emissores privados, conforme estabelecido por política interna de investimentos.

b) Risco de taxa de câmbio

Assim como as demais empresas atuantes no setor de saúde suplementar, a Sociedade também está sujeita aos efeitos da variação cambial sobre os custos dos serviços prestados, tendo em vista que parte dos medicamentos e materiais médico-hospitalares estão vinculados à variação cambial.

c) Risco de taxa de juros

O risco inerente de taxa de juros surge em virtude da possibilidade de existirem flutuações nas taxas de juros vinculadas ao CDI, os quais a Sociedade eventualmente possa estar exposta nos seus investimentos financeiros. Para reduzir a exposição a variações nas taxas de juros do mercado local, a Sociedade concentra suas aplicações financeiras indexados à variação do CDI.

d) Risco de liquidez

A Sociedade monitora o risco de insuficiência de recursos, administrando seus recursos financeiros de modo a garantir o cumprimento de suas obrigações no curto e longo prazos. Os índices de liquidez corrente e geral da Sociedade em 31 de dezembro de 2023 eram 18,14 e 13,45, respectivamente.

APS – Assistência Personalizada à Saúde Ltda.

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

22. Cisão parcial

Em 2022 houve a cisão parcial na APS e incorporação da parcela cindida na Amil através do Protocolo de Cisão Parcial e Justificação (vide nota explicativa nº 1).

A parcela cindida do patrimônio líquido da APS vertida para Amil é representada pelo acervo abaixo descrito na data-base de 30 de setembro de 2022.

	<u>30/09/2022</u>
	<u>APS - assistência</u>
	<u>Personalizada à</u>
	<u>Saúde Ltda.</u>
Ativo	
Ativo circulante	(2.200.713.394)
Disponível	(6.930)
Aplicações Financeiras	(2.088.870.320)
Créditos Tributários e Previdenciários	(17.517.093)
Bens e Títulos a Receber	(94.319.052)
Ativo não circulante	-
Total do ativo	<u><u>(2.200.713.394)</u></u>
Passivo	
Passivo circulante	52.496.647
Débitos de Operações de Assistência	17.661.761
Débitos Diversos	34.834.887
Passivo não circulante	-
Patrimônio líquido	2.148.216.747
Capital Social	2.148.216.747
Total do passivo	<u><u>2.200.713.394</u></u>

Notas Explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em Reais)

23. Efeitos no resultado das operações descontinuadas

Em atendimento ao CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas as operações abaixo foram classificadas na demonstração do resultado como operação descontinuada:

Em 2022:

- (i) Transferência em fevereiro de 2022 do total da carteira de beneficiários de planos contratação coletiva para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.
- (ii) Transferência em abril de 2022 da carteira de beneficiários de planos contratação individual para Amil, portanto, a controladora reassumiu a gestão da carteira transferida originalmente para a APS em janeiro de 2022.

Em 2023:

- (i) Transferência em dezembro de 2023 do total da carteira de beneficiários de planos contratação individual para a SOBAM Centro Médico Hospitalar S.A.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2023, a demonstração de resultado ora apresentada está composta integralmente por operações descontinuadas.